ANEXO I

DAS CATEGORIAS E FINALIDADES DE CRIADOUROS DE ANIMAIS SILVESTRES

I. Correlação entre as categorias e a descrição das atividades, conforme art. 3º e o código do Cadastro Técnico Federal:

Incisos do art. 3º	Descrição da categoria de uso e manejo de Fauna Silvestre em Cativeiro	Código CTF
I	Centro de triagem de fauna silvestre	21.52
II	Centro de reabilitação de fauna silvestre nativa	21.54
III	Revenda de animais vivos de fauna silvestre	21.71
IV	Comércio de partes, produtos e subprodutos de fauna silvestre	21.72
V	Criação Científica de fauna silvestre para fins de conservação	21.56
VI	Criação Científica de fauna silvestre para fins de pesquisa	21.55
VII	Atividade de criação e exploração econômica de fauna exótica e de fauna silvestre – Criação Comercial	20.23
VIII	Atividade de criação e exploração econômica de fauna exótica e de fauna silvestre - Jardim zoológico	20.25
IX	Manutenção de fauna silvestre	21.53
X	Matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal – Fauna Silvestre	16.15

II. Das finalidades dos Criadouros de Animais Silvestres

CENTRO DE TRIAGEM DE FAUNA SILVESTRE E CENTRO DE REABILITAÇÃO DE FAUNA SILVESTRE NATIVA - poderão receber, triar, manter, recuperar e destinar os espécimes da fauna silvestre, não sendo admitido o recebimento de espécies consideradas domésticas.

Os CETAS – poderão receber animais silvestres, nativos e/ou exóticos, oriundos de ações de fiscalização dos órgãos ambientais, de resgates ou de entregas voluntárias;

Os CRAS – poderão receber somente animais silvestres nativos, oriundos de resgates.

I - Os animais recebidos serão registrados, examinados, triados para avaliar qual a destinação mais recomendada, e reabilitados, se for o caso.

II - Sempre que possível, os espécimes considerados aptos para sobreviver sem a intervenção humana, serão destinados para programas de reintrodução na natureza, cumprindo-se todos os protocolos sanitários e de manejo necessários.

III - Quando não for possível ou viável a reintegração na natureza, referida no parágrafo anterior, os exemplares devem receber marcação individual apropriada, e só então ser destinados aos estabelecimentos devidamente autorizados, enquadrados nas categorias relacionadas nos incisos V, VI, VII, VIII e IX do art. 3º.

Caso o CETAS/CRAS não disponha de recursos para realizar a marcação individual, esta poderá ser custeada pelo empreendimento que irá receber os exemplares, devendo ser realizada antes da saída dos exemplares do referido Centro.

IV - Poderá ser admitida a realização de pesquisa científica, assim como visitas monitoradas para realização de atividades acadêmicas, mediante autorização prévia do INEA, desde que devidamente justificada e acompanhada por Responsável Técnico habilitado.

§1º. Os critérios para a realização de pesquisas científicas, atividades acadêmicas nos CETAS/CRAS, serão estabelecidos conjuntamente pelo responsável pelo CETAS/CRAS e o INEA. E quando couber, a licença do SISBIO deverá ser apresentada.

§2º. A visitação com objetivos distintos daqueles acima especificados somente será admitida mediante manifestação prévia, e formal, do responsável pelo CETAS;

REVENDA DE ANIMAIS VIVOS DE FAUNA SILVESTRE - poderão adquirir, manter, expor e comercializar espécimes da fauna nativa ou exótica, comprovadamente originários de Criadouros comerciais devidamente autorizados, para atender às seguintes finalidades:

I - Utilização como animal de estimação, companhia, ornamentação ou outros usos relacionados a exemplares das espécies da fauna silvestre nativa que não se enquadrem nas restrições constantes no Anexo III da presente Resolução, mantidos em ambiente domiciliar, por pessoas físicas ou jurídicas, sem objetivo de reprodução, vedado o abandono, o abate e qualquer prática que configure abuso ou maus tratos;

II - Composição ou recomposição de plantéis Criadouros comerciais, Criação Científica de fauna silvestre para fins de Pesquisa, Criação Científica de fauna silvestre para fins de Conservação, Jardins zoológicos e Aquários, Mantenedores de fauna e Criadores amadoristas de passeriformes silvestres nativos, desde que devidamente autorizados para as espécies em questão;

III - Uso em programas de reintrodução na natureza ou de recuperação de espécies da fauna ameaçada de extinção;

IV - O uso de espécimes oriundos de empreendimentos regulares de fauna silvestre, em feiras ou exposições, e para captação de imagens a serem veiculadas em programas de televisão, pro-

pagandas, cinema e assemelhados, por tempo determinado e fora do empreendimento, depende de comunicação prévia ao Inea.

V - Abate;

VI - Uso como alimento para outros animais;

VII - Uso laboratorial ou para pesquisas científicas;

VIII - Exportação para diversos fins, mediante autorização do órgão federal competente.

Parágrafo único: Após 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Resolução, os exemplares vivos das espécies relacionadas no Anexo III terão a sua comercialização proibida no território do estado do Rio de Janeiro, devendo os responsáveis pelos empreendimentos dar a destinação adequada a esses exemplares.

COMÉRCIO DE PARTES, PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE FAUNA SILVESTRE - poderão adquirir, manter, expor e comercializar partes e produtos de espécimes da fauna nativa ou exótica, comprovadamente originários de Criação comercial e Matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal – Fauna Silvestre, devidamente autorizados.

Parágrafo único: Considerando a vigência da Lei estadual nº 1.797, de 27 de fevereiro de 1991, está proibida, no estado do Rio de Janeiro, a comercialização de confecção, artefatos e derivados industrializados de animais silvestres, da fauna silvestre nativa e/ou exótica.

CRIAÇÃO CIENTÍFICA DE FAUNA SILVESTRE PARA FINS DE CONSERVAÇÃO - poderão adquirir, receber, manter, reproduzir, utilizar e fornecer espécimes das espécies da fauna silvestre nativas, para atender as seguintes finalidades:

I - Uso em programas de reintrodução na natureza, revigoramento populacional ou de recuperação de espécies da fauna nativa;

II - Conservação *ex situ* no próprio criadouro através da reprodução de animais ameaçados de extinção e/ou da manutenção de espécimes como banco genético;

III - Composição ou recomposição de plantéis de outros Criadouros científicos, de Jardins zoológicos e Aquários, de Criação comercial ou de Manutenção de fauna;

IV - Para fins didáticos ou de educação ambiental.

§1º. Os Criadouros Científicos de fauna silvestre para fins de conservação devem participar de programas oficiais de conservação de espécies ameaçadas de extinção. Caso não existam programas oficiais, ou não seja viável o envolvimento com esses programas, o responsável deverá apresentar projeto específico para a conservação de, no mínimo, uma das espécies mantidas no criadouro, a ser aprovado previamente pelo INEA.

§2º. Os empreendimentos atualmente registrados na categoria de **Criação Científica de fauna silvestre para fins de conservação** que, na data de publicação desta Resolução, não estiverem vinculados a Projetos de Conservação oficiais, ou não possuem projetos específicos para a conservação das espécies existentes em seu plantel, terão um prazo de 180 (cento e oitenta) dias para fazê-lo, caso contrário deverão solicitar a mudança para a categoria Manutenção de Fauna Silvestre.

§3º. O criadouro é responsável pela manutenção, inclusive na fase adulta, dos espécimes nascidos no criadouro até que sejam destinados para outras instituições ou para programas de soltura.

§4º. A reprodução deve ser priorizada para as espécies da fauna nativa ameaçadas de extinção.

CRIAÇÃO CIENTÍFICA DE FAUNA SILVESTRE PARA FINS DE PESQUISA - nos termos da legislação vigente e observadas as diretrizes do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea), poderão receber, adquirir, manter, reproduzir e utilizar espécimes das espécies da fauna silvestre nativas e/ou exóticas, para atender as seguintes finalidades:

I - Uso laboratorial ou experimental;

II - Realização de pesquisas científicas;

III - Coleta de produtos e subprodutos destinados a subsidiar pesquisas científicas;

IV - Didáticas ou de educação ambiental, de pesquisa, ou jornalísticas;

V - O uso de espécimes oriundos de empreendimentos regulares de fauna silvestre, em feiras ou exposições, e para captação de imagens a serem veiculadas em programas de televisão, propagandas, cinema e assemelhados, por tempo determinado e fora do empreendimento, depende de comunicação prévia ao Inea, não podendo haver exposição de animais originados de depósito.

CRIAÇÃO COMERCIAL - poderão receber adquirir, manter, produzir, reproduzir, expor, comercializar, fornecer ou utilizar espécimes das espécies da fauna silvestre nativas e/ou exóticas, para atender às seguintes finalidades:

I - Utilização como animal de estimação, companhia, ornamentação ou outros usos relacionados a exemplares das espécies da fauna silvestre nativa que inicialmente não se enquadrem nas restrições constantes no Anexo III, mantidos em ambiente domiciliar, por pessoas físicas ou jurídicas, sem objetivo de reprodução, vedado o abandono, o abate e qualquer prática que configure abuso ou maus tratos;

II - Composição ou recomposição de plantéis de outros Criadouros comerciais, Criação Científica de fauna silvestre para fins de Pesquisa, Criação Científica de fauna silvestre para fins de Conservação, Jardins zoológicos e Aquários, Mantenedores de fauna e Criadores amadoristas de passeriformes silvestres nativos, desde que devidamente autorizados para as espécies em questão;

III - Uso em programas de reintrodução na natureza ou de recuperação de espécies da fauna ameaçada de extinção;

IV – O uso de espécimes oriundos de empreendimentos regulares de fauna silvestre, em feiras ou exposições, e para captação de imagens a serem veiculadas em programas de televisão, propagandas, cinema e assemelhados, por tempo determinado e fora do empreendimento, depende de comunicação prévia ao Inea, não podendo haver exposição de animais originados de depósito.

V - Abate;

VI - Uso como alimento para outros animais;

VII - Uso laboratorial ou para pesquisas científicas;

VIII - Exportação para diversos fins, mediante autorização do órgão federal competente;

IX – Conservação, no próprio criadouro (ex situ), de espécies ameaçadas de extinção, nos termos da legislação vigente;

X - Produção ou extração de produtos ou subprodutos, no próprio criadouro, sem necessidade de abate dos animais;

XI - Uso dos animais no próprio criadouro, com fins didáticos ou na educação ambiental;

§1º. Após 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Resolução, os exemplares vivos das espécies relacionadas no Anexo III terão a sua criação e comercialização proibida no território do estado do Rio de Janeiro, devendo os responsáveis pelos empreendimentos dar a destinação adequada a esses exemplares.

§2º. Fica proibida a implantação de criadouros comerciais de espécimes de *Sus scrofa scrofa* (javali) e suas linhagens/raças ou diferentes graus de cruzamento com o porco-doméstico no estado do Rio de Janeiro.

§3º. No caso em que o empreendimento seja destinado a produção para abate de espécies ameaçadas do estado do Rio de Janeiro, deverá ser constituído plantel distinto, a fim de subsidiar o desenvolvimento de estudos relacionados a técnicas de manejo reprodutivo e conhecimento da biologia e comportamento animal, visando apoiar os projetos de conservação.

JARDINS ZOOLÓGICOS E AQUÁRIOS - poderão receber, adquirir, expor, manter, produzir e fornecer espécimes das espécies da fauna silvestre nativas e/ou exóticas, para atender as seguintes finalidades:

I - Recreação ou entretenimento do público visitante;

II - Promoção da educação ambiental;

III - Conservação *ex situ* no próprio Jardim zoológico ou Aquário;

IV - Uso em programas de reintrodução na natureza ou de recuperação de espécies da fauna silvestre ameaçada de extinção;

V - Composição ou recomposição de plantéis de outros Jardins zoológicos ou Aquários, Criação Científica de fauna silvestre para fins de Pesquisa, Criação Científica de fauna silvestre para fins de Conservação, Criadouros Comerciais, ou de Manutenção de fauna silvestre;

VI - O uso de espécimes oriundos de empreendimentos regulares de fauna silvestre, em feiras ou exposições, e para captação de imagens a serem veiculadas em programas de televisão, propagandas, cinema e assemelhados, por tempo determinado e fora do empreendimento, depende de comunicação prévia ao Inea;

VII – Poderá haver a comercialização de espécimes de espécies da fauna silvestre exótica, adquiridos com nota fiscal e/ou nascidos do seu plantel e regularmente registrado no INEA, para Criação Científica de fauna silvestre para fins de Pesquisa, Criação Científica de fauna silvestre para fins de Conservação, Jardins Zoológicos e Aquários, Criadouros Comerciais e Manutenção de fauna silvestre.

VII.1 - Toda a comercialização seguirá as normas comerciais convencionais (emissão de nota fiscal) e os procedimentos do SISFAUNA, de venda entre empreendimentos.

MANUTENÇÃO DE FAUNA SILVESTRE - poderão adquirir, receber, manter e fornecer espécimes das espécies da fauna silvestre nativas e/ou exóticas, para atender as seguintes finalidades:

I - Oportunizar visitas monitoradas exclusivamente para fins didáticos ou de educação ambiental, de pesquisa, ou jornalísticos;

II - Composição ou recomposição de plantéis de Criação Científica de fauna silvestre para fins de Pesquisa, Criação Científica de fauna silvestre para fins de Conservação, Jardins Zoológicos e Aquários, Criadouros Comerciais e Manutenção de fauna silvestre.

§1º. Não é permitida a reprodução de animais em mantenedores de fauna, devendo ser adotadas as medidas de contracepção a serem especificadas no projeto técnico do empreendimento.

§2º. É permitida a visita monitorada conforme item II, mediante autorização prévia do Inea que deverá ser requerida e devidamente justificada, e acompanhada por Responsável Técnico habilitado.

III - O uso de espécimes oriundos de empreendimentos regulares de fauna silvestre, em feiras ou exposições, e para captação de imagens a serem veiculadas em programas de televisão, propagandas, cinema e assemelhados, por tempo determinado e fora do empreendimento, depende de comunicação prévia ao Inea.

MATADOUROS, ABATEDOUROS, FRIGORÍFICOS, CHARQUEADAS E DERIVADOS DE ORIGEM ANIMAL – FAUNA SILVESTRE - poderão abater, beneficiar e alienar partes e produtos de espécimes de espécies da fauna silvestre.

I. O licenciamento desses empreendimentos deverá seguir legislação específica vigente, cabendo à manifestação do Inea quanto a regularidade da utilização das espécies silvestres nativas pretendidas, e a emissão de Autorização Ambiental.